

O IAB e a política habitacional

A preocupação do Instituto dos Arquitetos do Brasil diante da problemática habitacional brasileira nasceu praticamente com a criação do próprio IAB há 55 anos. Mas até 1964 não havia no Brasil uma política habitacional definida e amparada legalmente, ficando portanto o IAB jogando seus planos e suas idéias em um vazio inexplicável.

Com a criação do Sistema Financeiro de Habitação, pela lei 4.380 de 21 de agosto de 1964, abriram-se novas perspectivas para a solução do problema habitacional brasileiro.

Na primeira reunião ordinária do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil resolveu-se que seria oportuno preparar um documento reunindo os principais trabalhos realizados pelo Instituto mostrando a atuação dos arquitetos brasileiros nesse campo e que servisse como um autêntico "dossiê" para os dirigentes e autoridades responsáveis pelo setor.

O arquiteto João Ricardo Serran foi o encarregado de selecionar esses textos, que foram publicados pela Schema Editora sob a forma de livro — O IAB E A POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA — 1954-1975. Em 145 páginas, Serran faz uma análise de 12 documentos produzidos pelo IAB nesse período, cujo resumo publicamos a seguir.

O que poderia explicar o constante inconformismo dos arquitetos, expresso através de seu órgão de classe perante a política habitacional? Serran admite que o inconformismo esteja associado à marginalização da classe do processo decisório, a nível nacional, sobre as questões de organização do espaço brasileiro. Depois relata que um exame atento dos documentos produzidos nos últimos 20 anos mostra que grande parte da política vigente em cada momento já havia sido, de uma forma ou de outra, sugerida pelos arquitetos há mais de cinco anos, o que comprova a ausência do IAB das grandes decisões. Serran deixa claro que não pretende servir de bandeira da reivindicação do monopólio do conhecimento da questão habitacional para os arquitetos, mas apenas contribuir para a compreensão do papel do IAB na formulação das políticas habitacionais do País.

O capítulo "A luta pela implantação de uma política", Serran mostra os documentos preparados pelo IAB desde 1954 sobre problemas habita-



cionais, quando no IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em São Paulo, discutiu-se os aspectos da organização territorial, através da criação de novas cidades, as ligações rodoviárias, ferroviárias, marítimas e fluviais, o crescente déficit brasileiro habitacional (estimado a época um milhão unidades com o acréscimo de 200 mil por ano), deixando claro que dez anos antes da criação do Banco Nacional de Habitação os arquitetos já procuravam alertar os governantes para a questão da moradia e da organização do território nacional.

No documento publicado em '59 pelo Boletim Mensal do IAB-Rio, Serran alinha as preocupações da entidade naquela época com o crescimento demográfico acelerado, a recessão da indústria da construção civil, a especulação imobiliária, pregando a necessidade de se estabelecer uma política governamental-para a questão da habitação.

Na época, como diz o livro, os arquitetos tinham excelente diálogo com o governo federal, por força da construção de Brasília. Esse documento sugeria uma lei de financiamento imobiliário, antecipando em cinco anos as linhas gerais da lei 4.380/64 que criou o Sistema Financeiro da Habitação.

A partir daí, Serran aponta trabalho desenvolvido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil com o encaminhamento da proposta de Lei da Casa Própria aos então candidatos à presidência da República (Adhemar de Barros, Henrique Lott e Jânio Quadros).

Depois, revela a posição crítica do IAB diante das promessas do programa da Aliança para o Progresso. Esse processo seria enfeixado pelo Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado no Rio de Janeiro e São Paulo, quando reuniu-se 200 técnicos de diferentes especialidades para debater os aspectos da crise brasileira de habitação. Surgiu então

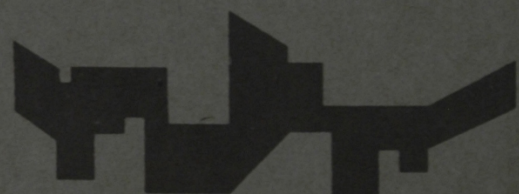
um documento que, entre outras coisas, mostrava a desproporção entre a renda familiar brasileira e os preços de locação ou aquisição de moradias, o privilégio das classes economicamente mais favorecidas, a necessidade de ordenação dos aglomerados urbanos etc.

O livro analisa depois a criação do Sistema Financeiro de Habitação, incluindo o BNH, as COHABs, as Cooperativas Habitacionais, as Sociedades de Crédito Imobiliário. O IAB expôs ao então presidente Castelo Branco os principais aspectos que considerava indispensáveis para uma política habitacional no Brasil.

No capítulo "Os primeiros momentos da política vigente", Serran conta os

entres para aplicação da nova lei, relatando inclusive a crise na construção civil em 65 por falta de materiais de construção e as portarias que foram se sucedendo para regulamentar a matéria. Depois, passa a análise da época do que chama de "A sofisticação do Sistema Habitacional", com os debates sobre a correção monetária, as UPCs, o trabalho do SERFHAU para, em seguida, explicar os problemas da gerência pelo BNH dos recursos do FGTS e a modificação de seus propósitos, com os investimentos em habitações para as camadas de maior poder aquisitivo o que foi classificado como "fase urbana". Finalmente, o problema habitacional é enfocado à luz do 2.º Plano Nacional de Desenvolvimento, já no governo Ernesto Geisel, com a criação do Conselho Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana os impasses no mercado financeiro, para concluir:

"A questão habitacional ainda não está resolvida nem demonstra sintomas de equacionamento a curto prazo. Contudo este documento parece poder justificar plenamente a posição de constante crítica — dos arquitetos — ao longo de toda a sua existência, bem como deixar patente o interesse, desejo e capacidade da classe em colaborar, efetivamente, no encaminhamento da solução do problema".



utilize o processo

megsa

de impermeabilização: simples
seguro
duradouro

rua venâncio ayres, 647 s. paulo 62 4600
62 2102